

The background features a scale of justice with two golden pans hanging from a central beam. The scale is set against a dark, atmospheric background with several large, ornate metal birdcages. The lighting is dramatic, with a warm glow emanating from the pans and the cages, creating a sense of depth and gravity.

1º SIMULADO PÓS-EDITAL JUIZ TJPR

Simulado TJ-PR Juiz

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-PR-Juiz-17-07>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

01. Cessar, para os menores, a incapacidade:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos
- b) pelo casamento, pela união estável e pelo concubinato.
- c) pelo exercício de cargo, emprego ou função na Administração Pública.
- d) pela colação de grau em curso técnico ou de ensino superior.
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial com economia própria.

02. A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se for razoavelmente provável a morte de quem estava em situação de perigo.
- b) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- c) em situação de calamidade pública.
- d) em caso de guerra declarada.
- e) se o tabagista for ao estabelecimento empresarial da confluência das ruas mais próximas comprar cigarro e não voltar em meia hora, sendo o bairro sabidamente perigoso.

03. Sobre a sucessão dos colaterais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na classe dos colaterais, os mais remotos excluem os mais próximos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de primos.
- b) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará o dobro do que cada um daqueles herdar.
- c) Não concorrendo à herança irmão bilateral, herdarão, em partes iguais, os unilaterais.
- d) Na falta de irmãos, herdarão os primos, não os havendo, os tios.
- e) Se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por estirpe.

04. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato. Sobre esta figura contratual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a Administração Pública poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.
- b) Quando se outorgar mandato por instrumento público, somente é possível substabelecer mediante instrumento público.
- c) A outorga do mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado. Admite-se mandato verbal quando o ato deva ser celebrado por escrito.
- d) O mandato presume-se sempre gratuito, ainda que o seu objeto corresponda ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- e) O mandato pode ser tácito ou verbal.

05. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. Nessa modalidade de contrato, podemos afirmar que:

- a) Somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.
- b) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete podem ser ao portador.
- c) A não verificação do risco, em previsão do qual se faz o seguro, exime o segurado de pagar o prêmio.
- d) O segurado não perderá o direito à garantia se causar culposamente o dano ou se agravar intencionalmente o risco.
- e) A diminuição do risco no curso do contrato implica necessariamente a redução do prêmio estipulado; e, se a redução do risco for considerável, o segurado poderá exigir a resolução do contrato.

06. A legitimação é uma especificação da capacidade. Neste sentido:

- a) É anulável a doação de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- b) É anulável a venda de pai para sobrinho, salvo se os descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- c) Os tutores e os curadores prescindem de autorização especial que os legitime a emprestar os bens confiados à sua guarda.
- d) É anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- e) Exceto no regime da separação obrigatória, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro: I - extinguir ônus real os bens imóveis; II - pleitear, como assistente, acerca desses bens ou direitos; III - prestar compromisso de bem e fielmente desenvolver uma atividade; IV - fazer doação, remuneratória, de bens particulares, ou dos que não possam integrar futura meação.

07. Sobre a usucapião, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite o reconhecimento extrajudicial da usucapião.
- b) A sentença que julga procedente o pedido de usucapião tem natureza constitutiva do direito de propriedade.
- c) É devido o recolhimento do ITBI por ocasião da abertura de matrícula imobiliária decorrente de usucapião.
- d) A usucapião é forma derivada de aquisição da propriedade.
- e) Admite-se, atualmente, o reconhecimento da usucapião de terras devolutas, desde que o prazo aquisitivo da posse possa ser encaixado entre 1981 e 1988.

08. Sobre o pacto antenupcial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- b) A validade do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime da comunhão universal.
- c) É nula a cláusula do pacto antenupcial que adotar o regime de participação final nos aquestos, com a convenção de livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
- d) É eficaz a convenção ou cláusula do pacto que afaste a incidência de disposição absoluta de lei.
- e) Para produzir efeitos perante terceiros o pacto será registrado, em livro especial, pelo oficial do Registro de Pessoas Naturais do local do casamento.

09. Sobre o testamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa que possui um neto, com quem não mantém qualquer relação de afinidade, pode dispor da totalidade de seu patrimônio em testamento.

- b) São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
- c) O testamento é ato pessoal, podendo ser mudado um número limitado de vezes.
- d) O testamento demanda plena capacidade.
- e) O relativamente capaz pode testar, devendo ser assistido, no ato, pelos pais ou responsáveis.

10. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Ainda sobre os vícios redibitórios, é CORRETO dizer que:

- a) Aquele que adquiriu coisa com defeito oculto tem o direito exclusivo de enjeitar a coisa, mas não de obter abatimento do preço.
- b) Se o alienante desconhecia o vício, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido.
- c) A responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em poder do alienatário.
- d) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contados do efetivo aparecimento do vício; se já estava na posse, o prazo conta-se da entrega efetiva, reduzido à metade.
- e) Aplica-se a disciplina dos vícios redibitórios à doação onerosa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rogério da Cunha

11. Acerca das normas fundamentais do Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015) assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

- b) As partes devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

- c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, moralidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

- d) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida salvo na concessão de tutela de evidência quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante

- e) Os juízes e os tribunais atenderão rigorosa ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

12. Juanita, menor de idade, paraguaia, residente na cidade de Foz do Iguaçu é filha de Juan Carlos, paraguaio, residente em Ciudad Del Este, República do Paraguai. Na hipótese da primeira pretender ajuizar ação de alimentos contra o segundo deve fazê-lo:

- a) Perante o Poder Judiciário da República do Paraguai já que se trata de competência exclusiva da jurisdição paraguaia por se tratar de partes daquela nacionalidade;

- b) Perante o Poder Judiciário brasileiro, já que se trata de competência exclusiva da jurisdição nacional;

- c) Perante o Poder Judiciário brasileiro ou paraguaio, ou em ambos, não se configurando litispendência.

- d) Perante o Poder Judiciário brasileiro ou paraguaio, mas não em ambos, sob pena de litispendência.

- e) Perante o Poder Judiciário Brasileiro, se citado o requerido não se opor à competência da jurisdição nacional, hipótese em que o feito será extinto sem julgamento do mérito.

13. Sobre as regras de impedimento e suspeição dos magistrados no Código de Processo Civil assinale a alternativa incorreta:

- a) É suspeito o juiz para atuar no processo em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços
- b) É suspeito o juiz para atuar no processo quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- c) É impedido o juiz para atuar no processo que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão
- d) É suspeito o juiz para atuar no processo em que for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes
- e) É impedido o juiz para atuar no processo quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes

14. Em determinada audiência de conciliação/mediação referente a acidente de trânsito Chandler, requerido na demanda, ofereceu como proposta de autocomposição o pagamento em 10 (dez) parcelas mensais, afirmando no ato que “reconhecia era o culpado pelo evento, mas que suas condições somente lhe permitiam pagar em dez vezes”. Emily, a parte autora, procedeu a gravação do ato requereu a sua juntada aos autos, com a oposição do réu. Assinale a alternativa correta sobre a conduta a ser adotada pelo magistrado no caso:

- a) Autorizar a juntada da gravação já que o art. 367, §5º do Código de Processo Civil dispõe que tal gravação poderá ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.
- b) Autorizar a juntada da gravação, se realizada até o fim do prazo de contestação;
- c) Indeferir a juntada da gravação já que necessária perícia para comprovar a sua autenticidade.
- d) Indeferir a juntada da gravação pois realizada sem autorização do conciliador/mediador presente ao ato.

e) Indeferir a juntada com base na confidencialidade que estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento de conciliação/mediação, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes.

15. Em ação de cobrança de seguros proposta perante o 8º Juizado Especial Cível – Especializado em seguros da Comarca da Capital, a ré suscitou a ilegitimidade da parte autora alegando a inexistência de união estável entre ela e o *de cujus*. Diante dessa questão, o juiz, após a dilação probatória e o efetivo contraditório, reconheceu a existência da união e, ao final, proferiu sentença condenando o réu ao pagamento da indenização securitária em favor da autora. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) a questão envolvendo união estável não fará coisa julgada já que o juiz sentenciante não detém competência em razão da matéria para resolvê-la como questão principal.
- b) a questão envolvendo união estável fará coisa julgada já que dessa resolução dependia o julgamento do mérito, independente da competência do juízo.
- c) a questão envolvendo união estável não fará coisa julgada pela inexistência de coisa julgada nos juizados especiais cíveis pela impossibilidade de utilização da ação rescisória.
- d) a questão envolvendo união estável fará coisa julgada pois foi decidida sob o contraditório prévio e efetivo, independente dos demais requisitos legais.
- e) a questão envolvendo união estável não fará coisa julgada pois não foi decidida expressamente.

16. Acerca do procedimento da ação monitória no Código de Processo Civil assinale a alternativa incorreta:

- a) Para fins do ajuizamento da ação monitória a prova escrita pode consistir em prova oral documentada, produzida antecipadamente nos termos do art. 381 do Código de Processo Civil.

- b) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum..
- c) É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- d) O réu será isento do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios se cumprir o mandado no prazo.
- e) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

17. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas no Código de Processo Civil analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas.
- () É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- () Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso, sendo que nesse caso o recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, F, F.
- c) F, V, V.
- d) V, F, F
- e) V, F, F.

18. Sobre o regime legal e jurisprudencial dos juizados especiais da fazenda pública, previstos na Lei 12.153/09 assinale a alternativa correta:

- a) Os juizados especiais da fazenda pública detêm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente do trabalho em que o INSS- Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte.
- b) Mostra-se possível propor nos Juizados Especiais da Fazenda Pública a execução de título executivo formado em Ação Coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.
- c) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados na comarca, enquanto no desempenho de suas funções.
- d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação sanção disciplina imposta a servidores públicos civis.
- e) Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, a fixação da competência dos Juizados Especiais leva em consideração o valor da causa de cada autor, de forma individual, não importando se a soma ultrapassa o limite dos 60 (sessenta) salários-mínimos.

19. 17. Sobre os juizados especiais cíveis da Lei 9.099/95 analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum..
- () É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.
- () Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado converterá o ato em presencial.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, F, F.
- c) F, V, V.
- d) V, V, F
- e) V, F, F.

20. Assinale a alternativa que reflete as características do Juizado Especial da Fazenda Pública.

- a) É Obrigatório reexame necessário em todos os casos em que a Fazenda Pública seja vencida.
- b) Pode julgar as causas referentes às sanções disciplinares aplicadas a militares.
- c) O juiz poderá conceder de ofício quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- d) O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, mediante alvará.
- e) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, e os segundos, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. É insuficiente para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, com base no art. 28, § 5º, do CDC, a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- II. A desconsideração da personalidade jurídica de sociedade cooperativa, com fundamento no art. 28, §

5º, do CDC (teoria menor), pode atingir o patrimônio pessoal de membros do Conselho Fiscal, mesmo que não haja a presença de indícios de que estes contribuíram, para a prática de atos de administração, em prevalência ao princípio da vulnerabilidade do consumidor.

III. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos relativos a aplicações em fundos de investimento celebrados entre instituições financeiras e seus clientes.

IV. É lícito o investimento de risco realizado pela instituição financeira sem autorização expressa do correntista, sendo incabível a indenização por danos materiais e morais decorrentes da operação realizada.

V. É abusiva e ilegal cláusula prevista em contrato de prestação de serviços de cartão de crédito que autoriza o banco contratante a compartilhar dados dos consumidores com outras entidades financeiras ou mantenedoras de cadastros positivos e negativos de consumidores, sem que haja opção de discordar daquele compartilhamento, por desrespeitar os princípios da transparência e da confiança.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

22. Diana adquiriu um aparelho celular na loja virtual “Tec.net”, escolhendo como forma de pagamento o boleto bancário. Depois de imprimir, a consumidora pagou o boleto bancário que era emitido pelo Banco “Tubank”, mas, passadas semanas, ela nunca recebeu o aparelho comprado. Diante disso, Diana ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o Banco alegando ter sido vítima de fraude em virtude da realização de compras em loja virtual sem a devida entrega do produto adquirido. Acerca da situação, é correto afirmar:

- a) o Código de Defesa do Consumidor não se aplica para os serviços bancários.
- b) o banco responde objetivamente pelos danos gerados por fortuito externo relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- c) o banco pode ser considerado fornecedor da relação de consumo que causa prejuízo ao consumidor, quando se verifica qualquer falha na prestação de seu serviço bancário, inclusive por apenas por ter emitido o boleto utilizado para pagamento.
- d) o banco, não pertencendo à cadeia de fornecimento em questão, não pode ser responsabilizado pelos produtos não recebidos pelo consumidor.
- e) o suposto estelionato praticado pela loja virtual representa uma falha no dever de segurança dos serviços bancários, ensejando a sua responsabilização solidária.

23. Acerca da disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, é correto afirmar:

- a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- b) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ou verbalmente ao consumidor, sempre que solicitada por ele.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua correção no prazo de cinco dias úteis, devendo o arquivista imediatamente comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- d) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, as informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

- e) Todas as informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor.

24. Leopoldo, idoso de 73 anos, é correntista do Banco “Money”, por meio do qual recebe todos os meses uma única renda nessa conta bancária: o benefício de amparo assistencial (BPC), previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93. Necessitando realizar uma reforma em sua residência para adequação de acessibilidade, celebrou contrato de mútuo com o banco, no qual foi fixado que o pagamento seria realizado por prestações a serem descontadas diretamente de sua conta bancária, no valor correspondente à 60% do BPC. Diante dessa situação, ele ajuizou ação pedindo para que esses descontos sejam reduzidos para 30%. Sobre o caso, é correto afirmar:

- a) É ilícito o desconto em conta-corrente bancária comum, ainda que usada para recebimento de salário, das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem.
- b) É lícito o desconto em conta-corrente bancária comum das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem, salvo se usada para recebimento de salário, o qual constitui verba de natureza alimentícia.
- c) É possível a limitação dos descontos em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada, de modo a não privar o idoso de grande parcela do benefício destinado à satisfação do mínimo existencial.
- d) Pelo princípio da força obrigatória dos contratos, aplicável às relações civis e consumeristas, não é possível a limitação dos descontos fixados em contrato em conta bancária de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.
- e) Os descontos de parcelas de empréstimos em conta corrente, seja usada para recebimento de salário, seja

usada para recebimento de BPC, são lícitos, desde que autorizados pelo correntista.

25. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as ações coletivas, acerca dos direitos difusos e coletivos em sentido estrito, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo 103, do CDC, não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva. Trata-se da adoção do princípio:

- a) do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva.
- b) do *judicial activism*.
- c) da não-taxatividade do processo coletivo.
- d) da ampla divulgação da demanda coletiva.
- e) da integratividade do microssistema processual coletivo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A Constituição Federal assevera tratar-se de dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Com base no texto constitucional e no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A gestante e a lactante, em razão da autonomia da vontade, podem decidir quanto à permanência no emprego visto que a proteção à maternidade e a integral proteção da criança são direitos renunciáveis.
- b) É obrigatório que crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de estupro sejam examinadas por perito legista mulher.
- c) O ensino domiciliar (*homeschooling*) não é vedado pela Constituição Federal, mas esta proíbe qualquer

forma de ensino que não respeite a solidariedade entre Estado e família para a formação educacional de crianças, adolescentes e jovens.

- d) Os agentes de segurança socioeducativos, buscando resguardar a própria integridade física e de terceiros, poderão portar armas.
- e) O direito à proteção especial prevê estímulos do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, adoção ou tutela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

27. A Lei nº 13.441 de 2017 passou a admitir e regular a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar determinados crimes. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) A infiltração de agentes exige prévia autorização judicial, devidamente circunstanciada e fundamentada, e oitiva do Ministério Público.
- b) A infiltração de agentes dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e não poderá exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo admitida uma renovação.
- c) Ainda que a prova possa ser obtida por outros meios, o magistrado poderá admitir a infiltração de agentes de polícia na internet.
- d) Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público, ao delegado de polícia responsável pela operação e ao Secretário de Estado de Segurança Pública, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações.
- e) As informações da operação de infiltração devem ser encaminhadas ao membro do Ministério Público para as medidas cabíveis, que zelará por seu sigilo.

28. O Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica como crime a conduta de *corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.*

Considerando as disposições legais e o entendimento dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar:

- a) Caso o agente maior de idade pratique a infração penal em concurso com menores de 18 (dezoito) anos, responderá apenas por um único crime.
- b) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menores de 18 (dezoito) anos é crime material.
- c) Quanto à dosimetria da pena, não há distinção quanto à natureza da infração penal praticada.
- d) Só há a configuração do crime caso o agente maior de 18 (dezoito) anos corrompa o menor ou facilite a sua corrupção para a prática de infração penal.
- e) O Superior Tribunal de Justiça entende tratar-se de delito formal e, por isso, a configuração do crime independe da prova da efetiva corrupção do menor.

29. Considerando as disposições da Lei do Sinase (Lei nº 12.594/12), trata-se de uma competência dos Municípios:

- a) Contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.
- b) Criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
- c) Estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
- d) Garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.

30. A Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012) prevê que as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de

semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas periodicamente. Considerando o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A reavaliação deverá ser realizada, no máximo, a cada 3 (três) meses, cabendo à autoridade judiciária designar audiência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cientificando o defensor, o membro do Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.
- b) A audiência deverá ser instruída exclusivamente com o relatório da equipe técnica do programa de atendimento sobre a evolução do plano individual de atendimento.
- c) A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida são fatores que, por si, justificam a não substituição da medida por outra menos grave.
- d) A reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável.
- e) O pedido de reavaliação poderá ser formulado, por exemplo, quando o adolescente apresentar desempenho adequado com base no seu plano de atendimento individual, antes do prazo da reavaliação obrigatória. O pedido de reavaliação deverá ser indeferido pela autoridade judiciária sempre que requerido pelo membro do Ministério Público.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assunção

31. Considerando a classificação doutrinária dos crimes, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de atentado a pena é reduzida de um a dois terços em razão da tentativa.
- b) A rixa é um exemplo de crime plurissubjetivo de condutas contrapostas.
- c) Os crimes plurissubsistentes são aqueles que só podem ser cometidos por mais de uma pessoa.

d) Crimes plásticos são aqueles que ofendem valores universais éticos e absolutos.

e) Os crimes de tendência interna transcendente são aqueles que o sujeito pratica um delito com a finalidade de obter um benefício posterior.

32. Em relação às fases de realização do delito, é correto afirmar que

a) a tentativa não é punida nos casos de contravenção penal e em relação à falta grave no curso da execução penal.

b) no que concerne à transição dos atos preparatórios para os atos executórios, a teoria mais aceita pela doutrina é a objetivo-material.

c) o crime falho é aquele onde o agente inicia a execução, mas não utiliza todos os meios que dispunha em seu alcance e a consumação não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.

d) os crimes de mera conduta e os habituais admitem a tentativa.

e) a teoria sintomática preconiza que o sujeito deve ser punido apenas por sua intenção, importando, neste caso, apenas o desvalor da ação.

33. João efetua disparos de arma de fogo em Alfredo, que é socorrido por terceiros e encaminhado a um hospital. Chegando ao nosocômio, Alfredo é atendido pela equipe médica, no entanto, vem a falecer por sepsise (infecção hospitalar). Neste contexto,

a) João responderá pelo crime de homicídio consumado.

b) João responderá pelo crime de homicídio tentado.

c) João responderá pelo crime de lesões corporais com resultado morte.

d) João responderá pelo crime de tentativa de lesões corporais com resultado morte.

e) João não responderá por nenhum crime.

34. Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

a) É indispensável o *pactum sceleris* (ajuste prévio) entre os agentes, de modo que um adira à vontade do outro para a consumação do crime.

b) Em conformidade com a maior parte da doutrina, é admissível a participação nos crimes culposos.

c) Segundo a teoria monista, adotada pelo Código Penal, haverá crime único para coautores e partícipes.

d) A doutrina é pacífica em não admitir a coautoria nos crimes culposos.

e) Os crimes próprios não podem ser praticados em coautoria.

35. No que concerne a aplicação da pena, assinale a alternativa correta:

a) Havendo registros criminais já considerados na primeira e segunda fases da fixação da pena (maus antecedentes e reincidência), essas mesmas condenações podem ser valoradas para concluir que o agente possui personalidade voltada à criminalidade.

b) Em caso de concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas, uma anulará a eficácia da outra, mesmo quando existir alguma circunstância preponderante, que, segundo o Código Penal, são as atinentes aos motivos do crime, à personalidade do agente e da reincidência.

c) Na aplicação da pena privativa de liberdade, incidirá a atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico de drogas quando o agente admitir a posse ou propriedade da substância entorpecente para uso próprio.

d) A existência de condenações por crimes anteriores transitadas em julgado cujo cumprimento ou extinção ocorreu há mais de cinco anos não configurará maus antecedentes.

e) No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial do Código Penal, o juiz limitar-se-á a um só aumento ou a uma só diminuição,

prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

36. Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa que indique o entendimento pacífico dos Tribunais Superiores:

- a) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, mas a mera indicação do número de majorantes é suficiente para sua exasperação.
- b) É de natureza formal o crime de apropriação indébita previdenciária.
- c) Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da res furtiva, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição do agente, sendo imprescindível a posse mansa ou pacífica ou desviada.
- d) A causa de aumento do repouso noturno, no crime de furto, exige que as vítimas estejam dormindo no momento do crime, quando se tratar de residência, não se aplicando aos casos em que o furto ocorra em estabelecimento comercial ou via pública.
- e) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

37. José, funcionário público, recebeu de boa-fé, como verdadeira, moeda-falsa, e depois de conhecer sua falsidade, restitui a mesma à circulação, efetuando compras em um supermercado. Considerando esta situação hipotética, assinale a opção que indica o crime praticado por José.

- a) Crime de moeda falsa privilegiado.
- b) Crime de estelionato
- c) Crime de fraude no comércio
- d) Crime de peculato
- e) Crime equiparado ao de moeda falsa

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

38. Sobre os princípios aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar que

- a) em razão do princípio da vedação à autoincriminação, ao réu é dada a possibilidade de ficar em silêncio durante todo o interrogatório judicial, devendo apenas responder às perguntas que digam respeito à materialidade do crime.
- b) na atualidade, considerando as normas vigentes e eficazes do CPP, o juiz não tem mais poderes instrutórios, não pode determinar a produção de provas sem que haja requerimento das partes.
- c) o contraditório prévio é regra inafastável no processo penal em relação a qualquer medida que implique restrição a direitos fundamentais do acusado.
- d) a presunção de inocência tem aplicabilidade durante o processo penal enquanto não proferida sentença condenatória confirmada em segundo grau de jurisdição, momento em que o acusado passa a ser 'visto' como culpado, de acordo com a jurisprudência mais recente dos tribunais superiores.
- e) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, bem como aquelas aparentemente lícitas, mas que tenham derivado de uma fonte originária obtida de forma ilícita.

39. No tocante ao inquérito policial, analise as afirmações a seguir e assinale a opção correta.

- I – Trata-se de procedimento administrativo inquisitivo, sendo desnecessária a assistência por advogado, salvo em hipóteses legais em que expressamente se prevê a obrigatoriedade.
- II – Como regra, o Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito para a autoridade policial, tendo em vista o prazo legal para oferecimento da denúncia.
- III – De acordo com a literalidade do CPP, a autoridade judiciária que tiver conhecimento de possível prática

criminosa pode requisitar a instauração do competente inquérito policial para apuração do fato, apesar de controvérsias doutrinárias no sentido de que tal ato implicaria violação ao sistema acusatório.

IV – O arquivamento do inquérito policial é ato complexo, que depende do requerimento do Ministério Público e homologação do juízo competente.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

40. Júlio, acusado de ter praticado o delito de furto qualificado (artigo 155, § 4º, I do Código Penal), cuja pena prevista é de reclusão de dois a oito anos e multa, é primário, apesar de existir mais de 3 (três) investigações em seu desfavor por crimes contra o patrimônio, com condutas muito semelhantes. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que

- a) Será cabível proposta de acordo de não persecução penal, desde que o investigado não tenha se beneficiado de transação penal ou suspensão condicional do processo nos 5 (cinco) anos anteriores.
- b) Não será possível oferecimento de acordo de não persecução penal, na medida em que existem elementos que demonstram conduta criminal habitual e reiterada.
- c) Poderá ser proposto acordo de não persecução penal ao investigado, uma vez que somente a reincidência impede o seu oferecimento e não apenas investigações em andamento.
- d) Se oferecida e aceita a proposta de acordo de não persecução penal, o juiz poderá analisar as condições e verificar se são abusivas, inadequadas ou insuficientes, sendo desnecessária a realização de audiência para a homologação.

e) Não será cabível o acordo de não persecução penal, tendo em vista a pena mínima cominada ao crime.

41. Sobre a sentença penal, julgue os itens a seguir.

I – O juiz deverá absolver o réu quando ficar comprovada a inexistência ou quando não houver prova suficiente da existência do fato. Na primeira situação, inclusive, a decisão definitiva no crime faz coisa julgada no cível.

II – Sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá o juiz atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. Nesse caso, de acordo com o CPP, deverá ser previamente intimado o réu para se manifestar.

III – Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes e causas de aumento de pena, embora nenhuma tenha sido alegada.

IV – Na sentença condenatória, poderá o juiz aplicar medida de segurança ao réu, se cabível.

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

42. Contra a decisão que decretar medida de segurança depois do trânsito em julgado da sentença e, contra a decisão proferida por juiz singular que negar a ordem de *habeas corpus*, será cabível, respectivamente:

- a) recurso em sentido estrito e apelação.
- b) apelação, nos dois casos.
- c) agravo em execução e recurso em sentido estrito.
- d) apelação e recurso em sentido estrito.
- e) agravo em execução e apelação.

43. Assinale a opção correta acerca da competência, tendo em vista o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) O fato de o delito ser praticado pela internet atrai, automaticamente, a competência da Justiça Federal, sendo desnecessária a verificação da internacionalidade da conduta e de seus resultados.

b) Compete à Justiça Estadual, dada a sua competência residual, o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual.

c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

d) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, se no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, deverá remeter o processo ao juízo competente em relação aos demais processos.

e) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pela prevenção.

44. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, somente é permitida a utilização de prova emprestada no processo penal quando houver sido produzida mediante contraditório e ampla defesa nos autos originários, bem como se as mesmas partes tiverem participado de sua produção original.

b) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, sendo-lhe permitido, no entanto, a utilização dos elementos colhidos em investigação apenas quando, de outro modo, não se puder comprovar os fatos alegados.

c) A produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes deve se dar observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida, sendo possível a sua determinação apenas mediante requerimento das partes.

d) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

e) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade com a prova originariamente ilícita.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

45. A suspensão do processo, proposta após o recebimento da inicial acusatória, tem como característica correta:

a) aplicação vinculada, exclusivamente, às infrações sujeitas à competência do Juizado Especial Criminal.

b) não sofre interferência de outro processo em andamento.

c) é permitida nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha, vedados os demais benefícios.

d) é aplicável em caso de concurso de crimes se as penas mínimas individualmente consideradas não ultrapassarem o total de um ano.

e) não é cabível em caso de desclassificação na sentença.

46. A respeito da tortura-castigo e os efeitos da condenação por esse delito, indique a alternativa correta:

a) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

b) Suspensão não remunerada do cargo pelo triplo do prazo da pena aplicada.

c) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

d) Suspensão não remunerada do cargo pelo dobro do prazo da pena aplicada.

e) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.

47. Qual das alternativas abaixo não está relacionada com o único delito expresso na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) - Art. 24-A. *Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.*

a) trata-se de crime afiançável.

b) não admite prisão temporária.

c) pode ser cometido por mulheres.

d) admite interceptação telefônica.

e) independe se a medida protetiva foi deferida por juiz cível.

48. Utilizando apenas as regras do sistema recursal da Lei 9.099/95, assinale a alternativa compatível com o texto legal:

a) da decisão judicial que rejeitar a denúncia por falta de justa causa caberá Recurso em Sentido Estrito.

b) da decisão de homologação da composição dos danos civis caberá Recurso em Sentido Estrito.

c) havendo omissão de tese defensiva na sentença condenatória, poderão ser opostos embargos de declaração no prazo de 5 dias.

d) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição do recurso de apelação.

e) admite-se Recurso Especial para o STJ em face de decisão proferida por Turma Recursal.

49. A Lei 13.964/2019 positivou meio de obtenção de prova na Lei 9.296/96 - a captação ambiental. A

respeito do tema, aponte a alternativa INCORRETA sobre a possibilidade legal de sua utilização:

a) será cabível quando a prova não puder ser obtida por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.

b) o magistrado está vinculado à existência de elementos probatórios razoáveis de autoria e participação.

c) será cabível em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.

d) O requerimento, até por desconhecer o local da captação, não precisa descrever circunstanciadamente o local de instalação do dispositivo de captação ambiental.

e) será cabível em infrações penais conexas às cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.

50. A respeito das disposições gerais dos crimes de trânsito, analise as assertivas a seguir:

I - O juiz dará especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime, na fixação da pena-base.

II - A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois a cinco anos.

III - A lesão corporal causada sob a influência de álcool não afasta a possibilidade de composição civil dos danos, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/95.

IV - A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

São verdadeiras, apenas:

a) I e IV

b) II e IV

c) III e IV

d) II e III

e) I e III

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

52. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú, que é binacional. A respeito do caso narrado, considerando

o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

53. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Inicialmente os créditos destinados às pessoas naturais e, depois, às pessoas jurídicas.
- c) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.
- d) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.
- e) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.

54. João é prefeito de Curitiba, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de João e não possui mandato eletivo. Pedro, neto de João, é vereador de Curitiba, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, considerando as eleições do ano de 2020, indique a alternativa correta.

- a) João, nas eleições de 2020, só poderia ter concorrido a prefeito de Curitiba se tivesse renunciado ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.

b) Pedro era inelegível prefeito de Curitiba, em razão do parentesco com João, mas poderia ter concorrido a prefeito de Maringá, caso preenchesse os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretendia se candidatar.

c) Maria era inelegível a qualquer cargo dentro do estado do Paraná.

d) Maria poderia ter concorrido ao cargo de vereadora de Curitiba, mas não poderia ter concorrido ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este tivesse renunciado ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.

e) Pedro era elegível prefeito de Curitiba, uma vez que o grau de parentesco com João não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

55. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.

b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.

c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único

turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.

e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

56. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

57. O Ministério Público do Paraná denunciou Geraldo, deputado estadual, por crimes comuns praticados durante o mandato. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar Geraldo é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito do Paraná.

58. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

59. Em relação ao recurso contra a expedição de diploma, é correto afirmar:

- a) O recurso deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo.
- b) A inelegibilidade superveniente apta a viabilizar o recurso contra a expedição de diploma, decorrente apenas de alterações fáticas, deverá ocorrer até a data fixada para que os partidos políticos e as coligações apresentem os seus requerimentos de registros de candidatos.
- c) O recurso contra expedição de diploma caberá nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato e em caso de errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.
- d) A inelegibilidade superveniente que atrai restrição à candidatura, se formulada no âmbito do processo de registro, poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.
- e) O recurso contra expedição de diploma caberá em qualquer hipótese de inelegibilidade e de falta de condição de elegibilidade.

60. Considere as disposições penais do Código Eleitoral e assinale a alternativa correta:

- a) Para os efeitos penais não são considerados membros e funcionários da Justiça Eleitoral os magistrados que não estejam exercendo funções eleitorais, ainda que estejam no exercício de função designada pelo Tribunal Eleitoral.

- b) Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que ele será de dez dias para a pena de detenção e de um ano para a de reclusão.
- c) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o "quantum", deve o juiz fixá-lo entre um quinto e metade, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- d) A pena de multa consiste no pagamento ao Tesouro Nacional, de uma soma de dinheiro, que é fixada em dias-multa. Seu montante é, no mínimo, 1 (um) dia-multa e, no máximo, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias-multa.
- e) A multa pode ser aumentada até o triplo, embora não possa exceder o máximo genérico legalmente estabelecido, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do condenado, é ineficaz a cominada, ainda que no máximo, ao crime de que se trate.
- 61.** De acordo com a Lei nº 9.504/97, são condutas vedadas aos agentes públicos:
- a) ceder ou usar, para qualquer fim, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- b) ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor ou empregado esteja licenciado.
- c) fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- d) realizar transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e agentes penitenciários.
- e) nos seis meses que antecedem o pleito fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora

do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

62. Em relação ao processo das infrações penais de cunho eleitoral, pode-se afirmar:

- a) Todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal deverá comunicá-la ao juiz eleitoral da zona onde a mesma se verificou. Se o magistrado precisar de maiores esclarecimentos e documentos complementares, deverá requisitá-los diretamente às autoridades competentes que possam fornecê-los.
- b) Se constatada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia em 10 (dez) dias. Não sendo o caso, poderá requerer o arquivamento da comunicação, cabendo ao magistrado, considerando improcedentes as razões invocadas, remeter a comunicação do Procurador Regional para que este ofereça a denúncia, designe outro promotor para oferecê-la ou insista no arquivamento.
- c) O juiz não está obrigado a atender ao pedido de arquivamento formulado pelo Procurador Regional.
- d) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal representará contra ele a autoridade judiciária e determinará que o Procurador Regional proceda com o oferecimento da denúncia.
- e) Qualquer eleitor poderá provocar a representação contra o órgão do Ministério Público se o juiz, no prazo de 15 (quinze) dias, não agir de ofício.

CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA

Tiago Zanolla

Acerca das disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, julgue os itens a seguir:

63. Dúvidas e pedidos relacionados à escalação de Juízes plantonistas, cuja apreciação seja de competência do Corregedor-Geral da Justiça, deverão ser apresentadas por meio

- a) do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

- b) de Ofício ao Presidente
- c) do Mensageiro
- d) do E-mail institucional
- e) do Projudi

64. O Juiz inspecionará as Secretarias e Ofícios Extrajudiciais a ele subordinados, no primeiro trimestre de cada ano, e fará a remessa do processo de Inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia

- a) o dia 31 (trinta e um) do mês de dezembro do mesmo ano.
- b) o dia 31 (trinta e um) do mês de março do mesmo ano.
- c) o dia 31 (trinta e um) do mês de julho do mesmo ano.
- d) o primeiro dia útil do ano
- e) o último dia útil do ano

65. Ao assumir a Unidade Judiciária, o Magistrado deverá remeter relatório à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio de Sistema Informatizado, no prazo de

- a) 15 dias
- b) 30 dias
- c) 60 dias
- d) 90 dias
- e) NDA

66. O Juízo da execução requisitará o pagamento das importâncias devidas pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, mediante o preenchimento do modelo informatizado de ofício requisitório de precatório disponível no Sistema de Gestão de Precatórios (SGP).

O ofício requisitório deverá ser expedido no prazo de

- a) 10 dias úteis
- b) 15 dias corridos
- c) 30 dias corridos
- d) 60 dias úteis
- e) 90 dias

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Tiago Zanolla

Acerca das disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, julgue os itens a seguir:

67. A magistratura de primeiro grau de jurisdição não é constituída de

- a) Juiz Substituto
- b) Juiz de Direito Diretor do Fórum
- c) Juiz de Direito de entrância final
- d) Juiz de Direito de entrância inicial
- e) Juiz de Direito de entrância final Intermediária

68. Poderá designar Juízes de Direito de primeiro grau de jurisdição para, cumulativamente com suas funções, proferirem sentença ou, nos limites das respectivas comarcas, responderem por matéria da competência de outros Juízos

- a) Corregedor-Geral de Justiça
- b) Órgão Especial
- c) Presidente do Tribunal
- d) Conselho Superior da Magistratura
- e) Diretor do Fórum Regional

69. Compõem o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, exceto

- a) o Presidente do Tribunal de Justiça
- b) o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
- c) um Juiz Diretor de Fórum
- d) um Juiz Supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância final do interior
- e) um Juiz Presidente de Turma Recursal

70. Os auxiliares da justiça do foro judicial, pelas faltas cometidas no exercício de suas funções, ficarão sujeitos às penas disciplinares.

Para as infrações sujeitas às penalidades de advertência e censura, ocorrerá a prescrição após:

- a) 02 anos
- b) 03 anos
- c) 05 anos
- d) 120 dias
- e) 12 meses

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.
- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.
- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.

d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

72. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.

b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.

c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.

d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

73. Determinada sociedade empresária realizou, na qualidade de arrendadora, contrato de arrendamento mercantil financeiro com um particular, tendo havido o pagamento de diversas prestações mensais que, além do principal, incluíam também valor adiantado a título de valor residual garantido (VRG). Posteriormente, em razão de inadimplemento do arrendatário, a sociedade ajuizou ação de reintegração de posse do bem objeto do contrato.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- a) A cobrança antecipada do valor residual garantido descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, portanto se trata de compra e venda à prestação, não sendo possível a retomada da posse pela arrendadora.
- b) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser impreterivelmente devolvido, de forma integral, ao arrendatário.
- c) Caso haja a retomada de posse direta do bem pela arrendadora, o total já pago a título de VRG deverá ser parcialmente devolvido, tendo o arrendatário a garantia legal de receber, no mínimo, metade do valor adiantado, devidamente corrigido.
- d) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, cabendo o desconto de outras despesas que tenham sido pactuadas contratualmente.
- e) Deferida a reintegração de posse e alienado o bem a terceiro, se a soma da importância antecipada a título de VRG com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário deverá receber a respectiva diferença, sendo vedado o desconto de outras despesas, ainda que tenham sido pactuadas contratualmente.

74. A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.
- e) o liquidante poderá optar por usar ou não o termo “em liquidação” em atos e documentos da sociedade.

75. Paloma, beneficiária de um cheque não endossado, compareceu em uma instituição financeira e o apresentou para pagamento. A instituição financeira verificou que o emitente do cheque não possuía fundos para arcar com a totalidade do seu valor. A instituição então deseja efetuar o pagamento de forma parcial, devolver o cheque a Maria e exigir que ela dê a quitação parcial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor.

- a) Não poderá haver o pagamento parcial do título, em razão de Paloma não poder dar a quitação integral nem promover a retirada da cártula de circulação.
- b) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, já que o Código Civil estipula como regra jurídica a possibilidade de o credor não aceitar o pagamento parcial da obrigação.
- c) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque e que seja dada a respectiva quitação.
- d) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque, não sendo possível a exigência de entrega de quitação.
- e) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira deverá certificar na cártula a recusa de recebimento do pagamento parcial por Maria.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

76. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

77. Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.

b) Fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.

c) Fato gerador complexivo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

78. Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

a) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade.

b) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica.

c) É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

d) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

79. Assinale a alternativa incorreta:

a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.

c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos

respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

e) A lei ordinária pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

80. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.

d) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

81. Acerca da legislação florestal, assinale a alternativa correta:

a) As obrigações previstas no Código Florestal têm natureza real, mas não são transmitidas ao sucessor, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural, ante o princípio da pessoalidade.

b) A área de preservação permanente não admite qualquer tipo de retirada de vegetação, haja vista sua importância para o equilíbrio ambiental.

c) O STF deu interpretação conforme a Constituição ao artigo 48, §2º do Código Florestal, que prevê a utilização da Cota de Reserva Ambiental para fins de compensação, para indicar que essa compensação

ambiental precisa observar, também, a identidade ecológica das áreas.

d) O pagamento por serviços ambientais tem por fundamento o princípio do usuário pagador.

e) A reserva legal pode ser encontrada tanto em área urbana quanto em área rural. Já a área de preservação permanente é encontrada apenas em área rural.

82. Assinale a alternativa que NÃO traz um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH:

a) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

b) A água é um recurso natural limitado, desprovido de valor econômico.

c) A água é um bem de domínio público.

d) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

e) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

83. Sobre a lei de agrotóxicos, assinale a alternativa correta:

a) Possuem legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais, dentre outros, os senadores e os deputados federais.

b) A competência para fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno dos agrotóxicos é exclusiva da União.

c) As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, relacionadas ao uso irregular de agrotóxicos, cabem ao usuário, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida.

d) O ato de dar destinação a resíduos de agrotóxicos em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação constitui mera infração administrativa, ante a falta de tipificação penal.

e) Dentre as sanções administrativas relacionadas às infrações envolvendo agrotóxicos, há a destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido e a condenação do produto.

84. No que toca à proteção do meio ambiente na Constituição Federal, marque a alternativa correta:

a) Por ser patrimônio nacional a Zona Costeira não poderá ser objeto de exploração comercial.

b) O STF já pacificou o entendimento de que norma estadual ou municipal que estabelece hipóteses de dispensa do EIA/RIMA é constitucional.

c) A definição de espaços territoriais ambientalmente protegidos é uma faculdade do Poder Público.

d) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada penalmente pelo cometimento de crimes ambientais, não se aplicando a teoria da dupla imputação.

e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.

85. Assinale a alternativa correta:

a) A competência para legislar sobre direito urbanístico é exclusiva dos Municípios, já que é matéria de interesse local.

b) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

c) O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo determinado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 10 (dez) anos e revisões a cada 5 (cinco) anos.

d) A função social é cumprida quando a propriedade urbana atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

e) A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos também se aplica aos rejeitos radioativos, haja vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

86. O município de Curitiba pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Tal parceria será proposta pela administração pública e envolve a transferência de recursos financeiros.

Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o

a) contrato de gestão.

b) termo de parceria.

c) chamamento público.

d) termo de colaboração.

e) acordo de cooperação.

87. Considerando-se as disposições da CF e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre Concursos Públicos, é correto afirmar que:

a) Compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuída.

b) O portador de surdez unilateral tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

c) Há configuração de preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a administração pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior, ainda que por força de decisão judicial.

d) A contratação temporária de terceiros para o desempenho de funções do cargo de enfermeiro, em decorrência da pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, e determinada por decisão judicial, configura preterição ilegal e arbitrária ensejando o direito a provimento em cargo público em favor de candidato aprovado em cadastro de reserva.

e) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

88. No que diz respeito ao tema Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta

a) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

b) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.

c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral.

d) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

e) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

89. Considerando-se entendimento dos Tribunais Superiores acerca do Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que:

a) O mandado de segurança constitui via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.

b) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar exige a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

c) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.

d) No processo administrativo disciplinar, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade, uma vez que compromete a defesa do indiciado, violando o devido o contraditório e a ampla defesa.

e) O controle judicial no processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.

90. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta

a) Pessoa Jurídica de Direito Público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.

b) Não implica nulidade do processo administrativo, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.

c) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de 15 anos.

d) Em ação de desapropriação indireta é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

e) O estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é ilegal.

91. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta

a) Prescreve em 05 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

b) O exercício da advocacia, desde que em causa própria, é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito.

c) É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa, exceto em fase recursal.

d) No tocante ao valor da reparação mensal devida aos anistiados políticos, a fixação do quantum indenizatório por pesquisa de mercado, deve ser supletiva, utilizada apenas quando não há, por outros meios, como se estipular o valor da prestação mensal, permanente e continuada.

e) Incide contribuição previdenciária sobre terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, pagos aos servidores públicos.

92. Em relação ao Direito Administrativo, é correto afirmar:

a) O sistema do contencioso administrativo adotado inicialmente na França confere ao Poder Judiciário a prerrogativa de decidir de maneira definitiva sobre a juridicidade de todos os atos praticados por particulares ou pela Administração Pública.

b) O Direito Administrativo brasileiro é codificado.

c) O fenômeno da constitucionalização do Direito Administrativo ocasionou a superação da concepção do princípio da legalidade como vinculação positiva do

administrador à lei e a consagração da vinculação direta à Constituição.

d) O Direito Administrativo surge e se desenvolve no Brasil com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891.

e) Ainda que com o advento do Pós-positivismo, a atuação administrativa deve ser pautada apenas pelo cumprimento da lei.

93. No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

a) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.

b) A aplicação de todas as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

c) Nos termos da jurisprudência do STJ, é possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

d) É ilegítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.

e) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

94. Acerca dos Serviços Públicos, assinale a alternativa correta

a) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor na relação entre concessionária de serviço público e o usuário final dos serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica.

b) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.

- c) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção não pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- d) A prorrogação do contrato administrativo de concessão de serviços públicos não se insere no campo da discricionariedade da Administração Pública, podendo a concessionária invocar direito líquido e certo a tal prorrogação.
- e) É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

- 95.** A Emenda Constitucional n. 103 estabeleceu um novo regramento para a pensão por morte dos segurados vinculados ao Regime Geral de Previdência. A respeito do tema, assinale a alternativa incorreta:
- a) a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- b) As cotas cessadas reverterão em favor dos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).
- c) Na hipótese de o segurado do regime geral ter deixado dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.
- d) Para fins de recebimento da pensão por morte, equiparam-se a filho apenas o enteado e o menor

tutelado, desde que comprovada a dependência econômica, excluído o menor sob guarda.

- e) Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

96. O auxílio por incapacidade temporária, na modalidade acidentária:

- a) é devido apenas ao segurado que, em razão de suas atividades econômicas, esteja filiado ao Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual, desde que tenha cumprido a carência mediante o recolhimento de 12 contribuições sem atraso.
- b) é devido ao indivíduo que tem no extrativismo vegetal seu principal meio de vida, independentemente do recolhimento mensal de contribuições previdenciárias.
- c) terá o valor de um salário-mínimo, quando concedido ao trabalhador rural empregado.
- d) apenas será concedido caso o segurado demonstre o cumprimento do período de carência equivalente a 12 contribuições mensais.
- e) é devido a partir do 16º dia de incapacidade, para o segurado recluso em regime fechado que mantenha relação de emprego com vistas à detração da pena.

97. No que tange à competência federal delegada, é correto afirmar que:

- a) Havendo sede da justiça federal na comarca, o cidadão pode requerer o benefício de pensão por morte perante a justiça estadual, quando esta tiver concedido a aposentadoria por incapacidade acidentária do segurado falecido.
- b) Nos processos ajuizados com base na competência delegada prevista no art. 109 da Constituição, a eventual apelação será remetida para o Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição. Os agravos,

todavia, serão julgados pelo Tribunal de Justiça ao qual se vincula o juiz de primeiro grau.

- c) De acordo com a legislação atual, somente poderão ser processadas e julgadas na Justiça Estadual as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado quando a Comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.
- d) No exercício da competência federal delegada, o magistrado estadual deverá aplicar o rito da lei n. 10.259/01 para processar e julgar a causa.
- e) qualquer ação contra autarquias e fundações públicas federais poderá ser movida perante a justiça estadual, quando a comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.

98. Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

- a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.
- d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo

máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.

- e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

99. A respeito do Regime de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta:

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- b) O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção, esta será irrevogável.
- c) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes, nos termos da lei.
- d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- e) O patrocinador, independentemente de sua natureza jurídica, obriga-se a contribuir com o mesmo percentual da contribuição vertida pelo participante.

100. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

- a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.

- b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.
 - c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
 - d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
 - e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.
-

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-PR-Juiz-17-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
